



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Notas Explicativas Exercício de 2023

Unidade Gestora 009E0700001 – Prefeitura Municipal de Aracruz

Consolidada

SUMÁRIO

- 1.Introdução
- 1.1.Base de Preparação
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis
 - 2.1. Moeda Funcional e Apresentação
 - 2.2. Disponibilidades
 - 2.3. Créditos a Curto Prazo
 - 2.4. Imobilizado
 - 2.5. Intangível
 - 2.6. Passivos circulantes e não circulantes
 - 2.7. Depreciação e Amortização
3. Informações Relevantes contidas nas Demonstrações Contábeis
 - 3.1. Demonstração das Variações Patrimoniais

1. INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aracruz é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no Município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

As bases orçamentárias da gestão de 2023 foram lastreadas nos instrumentos constitucionais e legais descritos a seguir:

- Plano Plurianual - PPA: instituído pela Lei nº 4.432/21, em 09 de dezembro de 2021, para o período de 2022-2025.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO: estabelecida pela Lei nº 4.499 em 20 de Julho de 2022.
- Lei Orçamentária Anual - LOA: orçamento aprovado em 27 de dezembro de 2022 pela Lei nº 4.566/2022.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas:

UG	SIGLA UG	DESCRIÇÃO UG
101	-	Câmara Municipal de Aracruz
201	PMA	Prefeitura Municipal de Aracruz
210	SEGOV	Secretaria de Governo
211	CGM	Controladoria Geral
212	PROGE	Procuradoria Geral
213	SEMPLA	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
214	SEMFI	Secretaria de Finanças
216	SEMDS	Secretaria de Educação
217	SEMDS	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho
218	SEMTUR	Secretaria de Turismo e Cultura
219	SETRANS	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos
220	SEMOB	Secretaria de Obras e Infraestrutura
221	SEMAG	Secretaria de Agricultura
222	SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
223	SEMAD	Secretaria de Administração e Recursos Humanos
224	SEMSU	Secretaria de Suprimentos
225	SEHAB	Secretaria de Habilitação e Defesa Civil (extinta em 2023)
226	SECOM	Secretaria de Comunicação
227	SEMDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
228	SEMESP	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude
229	SEMDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
301	IPASMA	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores
302	SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
501	FMS	Fundo Municipal de Saúde

As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou decomposição (detalhamento) de itens apresentados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se qualificam para serem reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Um item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, mas pode, entretanto, ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas.

A demonstração desta Nota Explicativa é composta por Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

1.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Contábeis apresentadas foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observam-se ainda as disposições do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS:

2.1. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. Os saldos estão demonstrados conforme os relatórios estruturados enviados.

2.2 – Disponibilidades

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as disponibilidades do órgão estão mensuradas pelo valor original em reais.

2.3 – Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

2.4 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.5 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercício com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

2.6 – Passivos Circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

2.7 – Depreciação e amortização

A depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

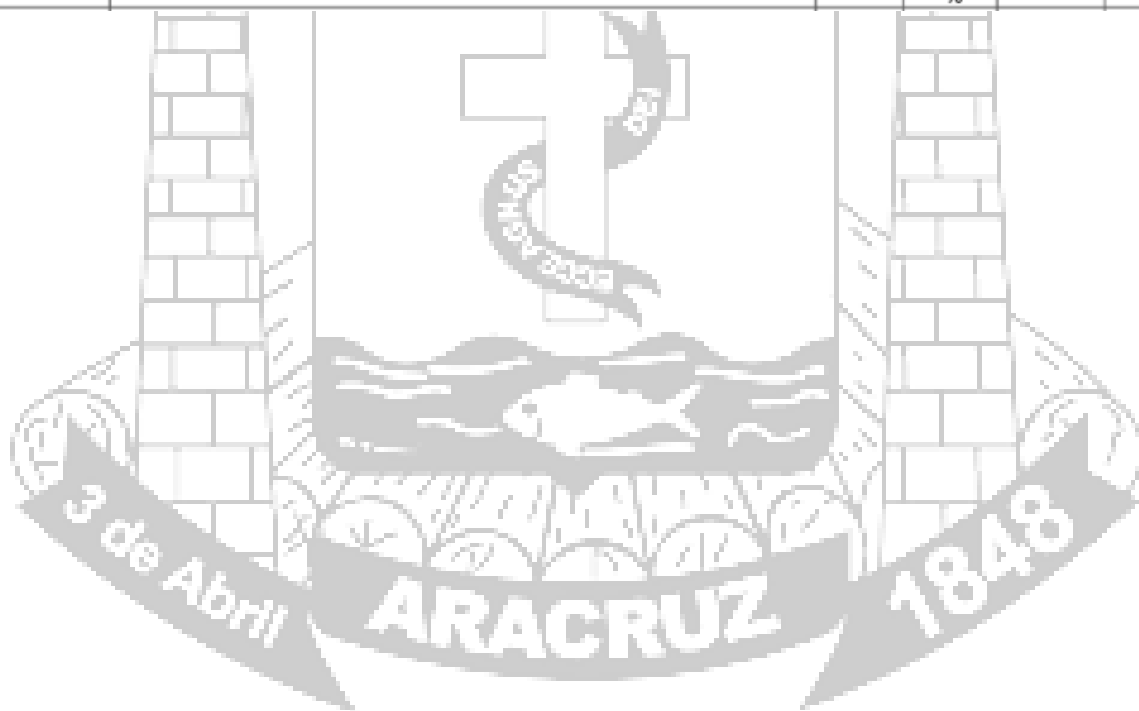
Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

- a) Capacidade de geração de benefícios futuros;
- b) Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- c) Obsolescência tecnológica; e
- d) Limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Os percentuais de depreciação, valor residual e vida útil dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Aracruz, inclusive suas unidades gestoras, são regulamentados por intermédio do Decreto nº 35.143, de 27/12/2018 e seus anexos I e II.

Anexo I:

Subelemento	Descrição do Subelemento	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Taxa Anual	Taxa Mensal
02	Aeronaves	10	10%	9,00%	0,75%
04	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%	6,00%	0,50%
06	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%	8,00%	0,67%
08	Aparelhos, Equip. e Utens. Medicoodonto, Laborat. e Hospitalar	15	20%	5,33%	0,44%
10	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%	9,00%	0,75%
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	9,00%	0,75%
14	Armamentos	20	15%	4,25%	0,35%
18	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%	10,00%	0,83%
19	Discotecas e Fimotecas	5	10%	18,00%	1,50%



Subelemento	Descrição do Subelemento	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Taxa Anual	Taxa Mensal
20	Embarcações	20	5%	4,75%	0,40%
22	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10%	4,50%	0,38%
24	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%	9,00%	0,75%
26	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%	4,50%	0,38%
28	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10%	4,50%	0,38%
30	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%	9,00%	0,75%
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%	6,00%	0,50%
33	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%	9,00%	0,75%
34	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%	9,00%	0,75%
35	Equipamentos de Processamento de Dados	5	20%	16,00%	1,33%
36	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%	9,00%	0,75%
38	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%	9,00%	0,75%
39	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	10	10%	9,00%	0,75%
40	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	10	10%	9,00%	0,75%
42	Mobiliário em Geral	10	10%	9,00%	0,75%
46	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%	3,00%	0,25%
48	Veículos Diversos	15	10%	6,00%	0,50%
50	Veículos Ferroviários	30	10%	3,00%	0,25%
51	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%	9,00%	0,75%
52	Veículos de Tração Mecânica	15	10%	6,00%	0,50%
53	Carros de Combate	30	10%	3,00%	0,25%
54	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%	3,00%	0,25%
56	Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%	3,00%	0,25%
57	Acessórios para Automóveis	5	10%	18,00%	1,50%
58	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%	6,00%	0,50%
60	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%	6,00%	0,50%
83	Equipamentos e Sistemas de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%	9,00%	0,75%
89	Equipamentos, Sobressalventes de Máquinas, Motor de Navios de Esquadra	20	5%	4,75%	0,40%
99	Outros Equipamentos e Materiais Permanentes	10	5%	9,50%	0,79%

Anexo II:

Descrição	Vida Útil (Anos)	Taxa Anual	Valor Residual
Imóveis	25	4,00%	10%
Instalações	10	10,00%	10%
Infraestrutura	25	4,00%	10%

3. INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com as leis e normas da contabilidade pública no Brasil essa conta evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A Prefeitura de Aracruz apresentou resultado deficitário de R\$ 474.184.002,31 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, cento e oitenta e quatro mil, dois reais e trinta e um centavos).

Cumpre-nos informar abaixo a origem de alguns valores constantes nas Demonstrações das Variações Patrimoniais que afetaram o resultado do exercício de 2023:

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:

O valor de R\$ 5.617.470,97 (cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e dezenove reais e setenta e seis centavos) constante na rubrica Juros e Encargos de Mora refere-se a Juros de IPTU, ITBI e ISS do corrente exercício no montante de R\$ 2.024.853,40 e o montante de R\$ 3.045.114,57 refere-se a inscrição de Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária (UG 009E060006 - SEMFI), o valor de R\$ 5.449,07 advém de juros sobre créditos previdenciários (UG 009E080001 - RPPS) e o valor de R\$ 542.053,93 juros da Dívida Ativa advindos da UG 00E010001 – SAAE.

O valor de R\$ 54.154.118,79 (cinquenta e quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e dezoito reais e setenta e nove centavos) constante na rubrica Variações Monetárias e Cambiais refere-se à atualização da Dívida Ativa no exercício de 2023.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:

O montante de R\$ 107.179.215,50 (cento e sete milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e quinze reais e cinquenta centavos) referem-se a: reversão de provisões matemáticas no montante de R\$ 106.619.049,44; reversão de valores para riscos trabalhistas lançado pelo SAAE no valor de R\$ 24.625,27; reversão de provisões no valor de R\$ 535.435,29 lançado pela Câmara Municipal e reversão de ajustes para perdas no montante de R\$ 105,50.

O valor de Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas perfaz o montante de R\$ 13.265.985,93 (treze milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos assim representado: O montante de R\$ 9.297.805,98

milhões, setecentos e quinze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) na UG SEMFI – PMA ; e o valor de R\$ 40.641,51 referente ajuste para perdas em Dívida Ativa Não Tributária contabilizado na UG SAAE; valor de R\$ 29.491,49 referente Ajustes para Perdas em Clientes, contabilizado na UG SAAE perfazendo assim o valor constante na rubrica.

O valor dos ajustes para perdas do exercício anterior no montante de R\$ 880.408.174,80 somado ao valor de R\$ 9.756.627,28 do exercício corrente, perfaz o valor de ajuste para perdas no montante de R\$ 890.164.802,08 no exercício de 2023, sendo o valor de R\$ 890.071.241,88 da UG Prefeitura conforme demonstrativo abaixo e o valor de R\$ 93.560,20 referente a UG SAAE.

Segue demonstrativo da UG Prefeitura:

Classificação: A Probabilidade de Perda: 5,00% - R\$ 2.572.302,39							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajustes p/ perdas	Tributário	Não Tributário
2023	Curto Prazo	R\$ 117.246,46	R\$ 29.580,53	R\$ 146.826,99			
2022	Curto Prazo	R\$ 289.883,36	R\$ 10.570,87	R\$ 300.454,23			
2021	Curto Prazo	R\$ 179.568,18	R\$ 7.090,88	R\$ 186.659,06			
2020	Curto Prazo	R\$ 215.545,13	R\$ 1.432,18	R\$ 216.977,31			
Total	Curto Prazo	R\$ 802.243,13	R\$ 48.674,46	R\$ 850.917,59	R\$ 42.545,88	R\$ 40.112,16	R\$ 2.433,72
2023	Longo Prazo	R\$ 5.061.292,94	R\$ 12.636,72	R\$ 5.073.929,66			
2022	Longo Prazo	R\$ 14.762.430,18	R\$ 8.227.764,20	R\$ 22.990.194,38			
2021	Longo Prazo	R\$ 12.662.728,97	R\$ 164.440,86	R\$ 12.827.169,83			
2020	Longo Prazo	R\$ 9.426.594,83	R\$ 277.241,60	R\$ 9.703.836,43			
Total	Longo Prazo	R\$ 41.913.046,92	R\$ 8.682.083,38	R\$ 50.595.130,30	R\$ 2.529.756,52	R\$ 2.095.652,35	R\$ 434.104,17
Classificação: B Probabilidade de Perda: 10,00% - R\$ 5.046.899,94							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
2019	Curto Prazo	R\$ 193.806,27	R\$ 185,08	R\$ 193.991,35			
2018	Curto Prazo	R\$ 139.516,85	R\$ 1.703,61	R\$ 141.220,46			
2017	Curto Prazo	R\$ 112.380,93	R\$ 369,90	R\$ 112.750,83			
Total	Curto Prazo	R\$ 445.704,05	R\$ 2.258,59	R\$ 447.962,64	R\$ 44.796,26	R\$ 44.570,41	R\$ 225,86
2019	Longo Prazo	R\$ 9.286.787,14	R\$ 308.277,26	R\$ 9.595.064,40			
2018	Longo Prazo	R\$ 19.794.939,29	R\$ 400.289,62	R\$ 20.195.228,91			
2017	Longo Prazo	R\$ 19.924.431,42	R\$ 306.312,02	R\$ 20.230.743,44			
Total	Longo Prazo	R\$ 49.006.157,85	R\$ 1.014.878,90	R\$ 50.021.036,75	R\$ 5.002.103,68	R\$ 4.900.615,79	R\$ 101.487,89
Classificação: C Probabilidade de Perda: 20,00% - R\$ 36.434.984,02							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
2016	Curto Prazo	R\$ 98.001,54	R\$ 1.357,71	R\$ 99.359,25			
2015	Curto Prazo	R\$ 54.329,93	R\$ 1.033,30	R\$ 55.363,23			
2014	Curto Prazo	R\$ 151.875,17	R\$ 64,23	R\$ 151.939,40			
2013	Curto Prazo	R\$ 12.537,96	R\$ 33,62	R\$ 12.571,58			
2012	Curto Prazo	R\$ 7.642,60	R\$ 0,00	R\$ 7.642,60			
2011	Curto Prazo	R\$ 8.732,79	R\$ 748,70	R\$ 9.481,49			
Total	Curto Prazo	R\$ 333.119,99	R\$ 3.237,56	R\$ 336.357,55	R\$ 67.271,51	R\$ 66.624,00	R\$ 647,51
2016	Longo Prazo	R\$ 50.322.960,64	R\$ 26.989.345,11	R\$ 77.312.305,75			
2015	Longo Prazo	R\$ 46.966.683,18	R\$ 578.804,86	R\$ 47.545.488,04			
2014	Longo Prazo	R\$ 22.474.333,00	R\$ 80.094,33	R\$ 22.554.427,33			
2013	Longo Prazo	R\$ 3.979.117,07	R\$ 37.258,83	R\$ 4.016.375,90			
2012	Longo Prazo	R\$ 21.262.489,74	R\$ 6.229.347,05	R\$ 27.491.836,79			
2011	Longo Prazo	R\$ 2.888.877,20	R\$ 29.251,52	R\$ 2.918.128,72			
Total	Longo Prazo	R\$ 147.894.460,83	R\$ 33.944.101,70	R\$ 181.838.562,53	R\$ 36.367.712,51	R\$ 29.578.892,17	R\$ 6.788.820,34
Classificação: D Probabilidade de Perda: 60,00% - R\$ 843.054.906,38							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
2010	Curto Prazo	R\$ 11.477,24	R\$ 781,40	R\$ 12.258,64			
2009	Curto Prazo	R\$ 19.792,70	R\$ 0,00	R\$ 19.792,70			

2008	Curto Prazo	R\$ 6.359,66	R\$ 0,00	R\$ 6.359,66			
2007	Curto Prazo	R\$ 8.469,35	R\$ 70,91	R\$ 8.540,26			
2006	Curto Prazo	R\$ 7.035,35	R\$ 75,06	R\$ 7.110,41			
2005	Curto Prazo	R\$ 6.815,56	R\$ 0,00	R\$ 6.815,56			
2004	Curto Prazo	R\$ 4.185,92	R\$ 11,17	R\$ 4.197,09			
2003	Curto Prazo	R\$ 5.747,30	R\$ 0,00	R\$ 5.747,30			
2002	Curto Prazo	R\$ 4.324,88	R\$ 0,00	R\$ 4.324,88			
2001	Curto Prazo	R\$ 5.545,33	R\$ 0,00	R\$ 5.545,33			
2000	Curto Prazo	R\$ 4.056,76	R\$ 0,00	R\$ 4.056,76			
Total	Curto Prazo	R\$ 83.810,05	R\$ 938,54	R\$ 84.748,59	R\$ 50.849,15	R\$ 50.286,03	R\$ 563,12
2010	Longo Prazo	R\$ 1.344.130.929,78	R\$ 17.878,50	R\$ 1.344.148.808,28			
2009	Longo Prazo	R\$ 3.137.941,91	R\$ 17.445,18	R\$ 3.155.387,09			
2008	Longo Prazo	R\$ 4.541.976,44	R\$ 12.033,05	R\$ 4.554.009,49			
2007	Longo Prazo	R\$ 2.626.291,78	R\$ 701.180,42	R\$ 3.327.472,20			
2006	Longo Prazo	R\$ 3.282.484,28	R\$ 3.769.370,98	R\$ 7.051.855,26			
2005	Longo Prazo	R\$ 22.484.697,23	R\$ 3.103.080,60	R\$ 25.587.777,83			
2004	Longo Prazo	R\$ 4.301.436,45	R\$ 3.335.331,71	R\$ 7.636.768,16			
2003	Longo Prazo	R\$ 3.477.967,87	R\$ 13.642,32	R\$ 3.491.610,19			
2002	Longo Prazo	R\$ 1.841.400,00	R\$ 4.241,58	R\$ 1.845.641,58			
2001	Longo Prazo	R\$ 2.070.683,13	R\$ 13.943,65	R\$ 2.084.626,78			
2000	Longo Prazo	R\$ 2.119.453,55	R\$ 3.351,64	R\$ 2.122.805,19			
Total	Longo Prazo	R\$ 1.394.015.262,42	R\$ 10.991.499,63	R\$ 1.405.006.762,05	R\$ 843.004.057,23	R\$ 836.409.157,45	R\$ 6.594.899,78
Classificação: E Probabilidade de Perda: 90,00% - R\$ 2.962.149,15							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
1999	Curto Prazo	R\$ 329,45	R\$ 0,00	R\$ 329,45			
1998	Curto Prazo	R\$ 510,61	R\$ 0,00	R\$ 510,61			
1997	Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
1996	Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
1995	Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
Total	Curto Prazo	R\$ 840,06	R\$ 0,00	R\$ 840,06	R\$ 756,05	R\$ 756,05	R\$ 0,00
1999	Longo Prazo	R\$ 94.321,84	R\$ 21.049,84	R\$ 115.371,68			
1998	Longo Prazo	R\$ 74.411,66	R\$ 4.951,12	R\$ 79.362,78			
1997	Longo Prazo	R\$ 29.936,97	R\$ 2.019,08	R\$ 31.956,05			
1996	Longo Prazo	R\$ 22.491,20	R\$ 3.041.146,57	R\$ 3.063.637,77			
1995	Longo Prazo	R\$ 108,49	R\$ 0,00	R\$ 108,49			
Total	Longo Prazo	R\$ 221.270,16	R\$ 3.069.166,61	R\$ 3.290.436,77	R\$ 2.961.393,09	R\$ 199.143,14	R\$ 2.762.249,95
Total Geral Curto Prazo:		R\$ 1.665.717,28	R\$ 55.109,15	R\$ 1.720.826,43	R\$ 206.218,86	R\$ 202.348,64	R\$ 3.870,22
Total Geral Longo Prazo:		R\$ 1.633.050.198,18	R\$ 57.701.730,22	R\$ 1.690.751.928,40	R\$ 889.865.023,02	R\$ 873.183.460,89	R\$ 16.681.562,13
Total Geral:		R\$ 1.634.715.915,46	R\$ 57.756.839,37	R\$ 1.692.472.754,83	R\$ 890.071.241,88	R\$ 873.385.809,54	R\$ 16.685.432,34

Probabilidade Total Perda: R\$ 890.071.241,88

Probabilidade de Perda Total: 52,59%

Desincorporações de Ativos:

Do montante de R\$ 12.974.444,99 (doze milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) constante na conta Desincorporação de Ativos, o valor de R\$ 12.661.890,10 refere-se a cancelamentos/descontos e prescrições de D. Ativa Tributária (R\$ 11.451.832,20) e Não Tributária (R\$ 1.210.057,90) no exercício de 2023 e o valor de R\$ 312.459,56 refere-se a desincorporação de imobilizado, e desincorporação de Créditos a Receber no valor de R\$ 95,33, perfazendo o total acima descrito.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:

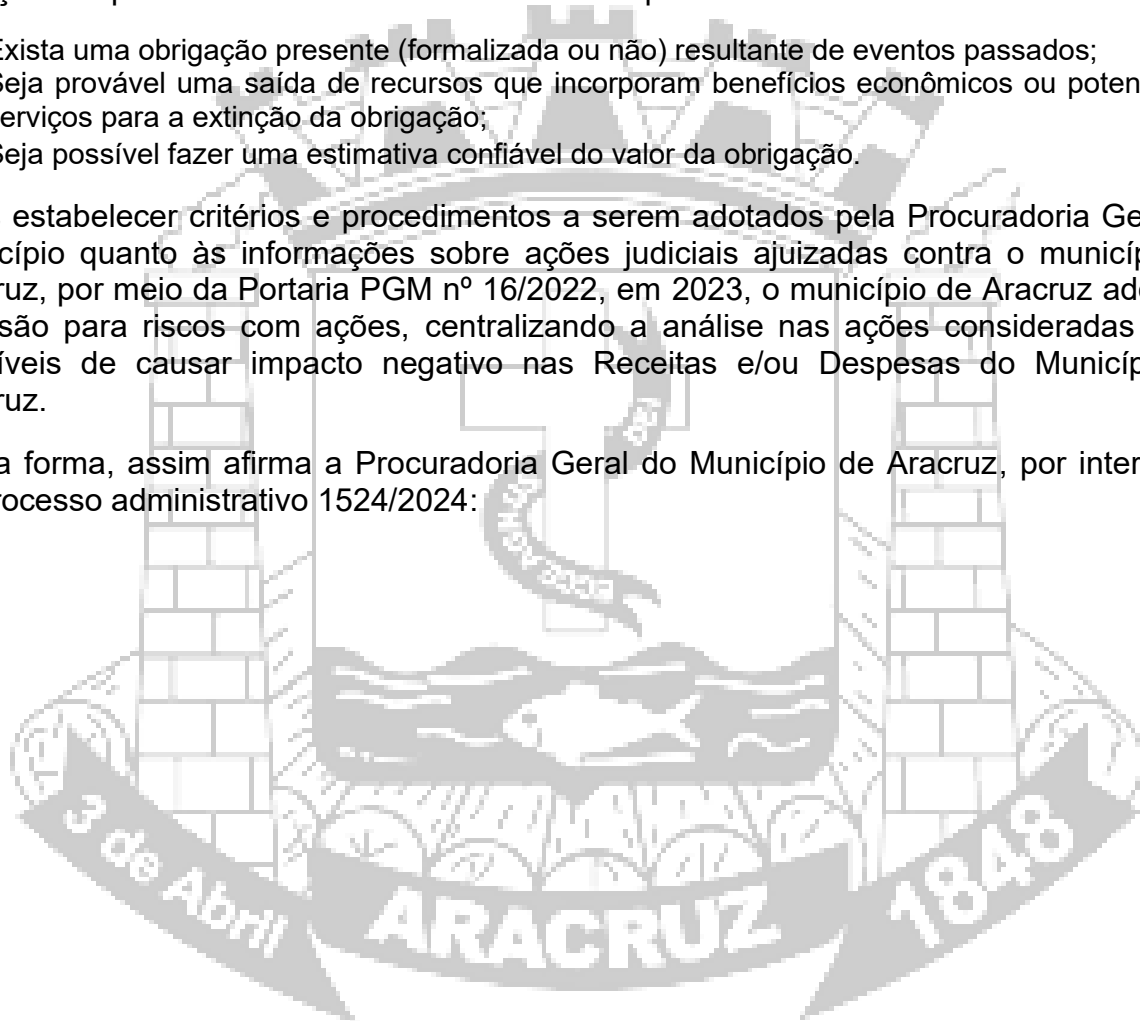
Consta contabilizado o valor de R\$ 225.202.977,09 referente VPD de Constituições de Provisões assim discriminadas: O valor de R\$ 227.422,00 trata-se de provisão para riscos trabalhistas da UG SAAE; o valor de R\$ 207.341.984,99 referente Provisões Matemáticas Previdenciárias contabilizadas na UG RPPS e o valor de R\$ 17.633.570,10 referente Provisões para Riscos Cíveis da UG PROGE - 009e0600011 (R\$ 17.375.593,97) e UG SAAE – 009e0100001 (R\$ 257.976,13).

Conforme afirma o MCASP, as provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção. As provisões deverão ser reconhecidas quando:

- a. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados;
- b. Seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação;
- c. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Após estabelecer critérios e procedimentos a serem adotados pela Procuradoria Geral do Município quanto às informações sobre ações judiciais ajuizadas contra o município de Aracruz, por meio da Portaria PGM nº 16/2022, em 2023, o município de Aracruz adotou a provisão para riscos com ações, centralizando a análise nas ações consideradas como possíveis de causar impacto negativo nas Receitas e/ou Despesas do Município de Aracruz.

Desta forma, assim afirma a Procuradoria Geral do Município de Aracruz, por intermédio do processo administrativo 1524/2024:



Importante destacar dois pontos de suma relevância: o primeiro é que, norteados pelos princípios da prudência e, em especial, da transparência, foram relacionadas, tanto aquelas ações cuja perda pela Municipalidade é classificada como possível, provável e remota. O outro destaque diz respeito ao valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), utilizado como corte para a presente análise, valor que julgamos adequado para o levantamento em tela.

A classificação das ações, quanto à probabilidade de perda, em "provável", "possível" e "remoto" e a estimativa de impacto financeiro foram efetuadas em acordo com as disposições previstas na Portaria da PGM nº 16, de 05 de março de 2021, na qual a PGM regulamentou a análise dos riscos fiscais decorrentes da atuação do Município em juízo.

Para fins da classificação de risco, foram consideradas as ações judiciais (de natureza trabalhista, civil e tributária) em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado, em qualquer instância do Poder Judiciário, conforme planilha anexa.

Cumprir destacar que o montante real devido nas ações judiciais é de difícil previsão, já que o valor das causas, atribuído pelos autores das ações, nem sempre reflete com exatidão os valores reais envolvidos, especialmente em ações mais antigas, ou relativas a obrigações continuadas, o que tem reflexo no ônus definitivo a ser imposto ao Município. Assim, é feita a melhor estimativa possível, com os dados presentes.

Aracruz, 10 de janeiro de 2024

THIAGO LOPES PIEROTE
Procurador-Geral do Município de Aracruz
Decreto nº 39.096, de 14/01/2021
OAB/ES 14.845

Desta maneira, com base nas informações contidas no processo administrativo 1524/2024, quanto à classificação de riscos em "provável saída de recursos", o Município reconheceu a provisão para riscos com ações o valor total de R\$ 17.375.593,97 (dezesete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos).

Em conformidade com a Instrução Normativa TC nº 68/2020 e suas atualizações, apresentamos essa Nota Explicativa, refletindo as conclusões extraídas, a partir dos movimentos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Aracruz – UG 009E0700001